



INFORMATIVO

SETEMBRO | 2025

podemos

CÂMARA



PÁG. 4

**AGORA É LEI: NELY AQUINO CRIA O
“SELO CIDADE MULHER”**

PÁG. 6

**Renata Abreu: setembro de conquistas sociais e
inclusão**

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
Deputado Federal Rodrigo Gambale (SP)

Presidente Nacional do Podemos:
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Fábio de Souza Oliveira

Secretário Nacional de Comunicação:
Bruno Valente

Coordenador de Comunicação:
Alisson Esteves

Jornalista Responsável:
Marília Jardim

Revisão Geral:
Daniel Roriz


Diagramação e Arte:
Maura Mosquera

Colaboradores:

Brunna Morais, Camila Aiube, Camile Tolentino, Carolina Frederico, Carol Bracho, Elloá Urbano, Emanuelle Lamounier, Fabíola Salvador, Gabriel Cruz, Gabriel Tiveron, George Pacífico, Hugo Sales, Iana Silvany, João Rafael, Lola Nicolás, Lucas Amparo, Mayara Oliveira, Natana Cristina, Rafaella Panceri, Robert Alves, Sérgio Barba, Tikkho Maciel e Tullio Damin Da Sois.

SUMÁRIO

- 4** Agora é Lei: Nely Aquino cria o “Selo Cidade Mulher”
- 6** Renata Abreu: setembro de conquistas sociais e inclusão
- 8** Gilson Daniel apresenta projeto que garante mais segurança aos profissionais de saúde
- 10** Líder Rodrigo Gambale: mais justiça no Imposto de Renda
- 12** Relator garante avanço para a aposentadoria justa dos militares
- 14** Projeto de Ruy que aumenta penas para estupro de vulnerável avança no Congresso Nacional
- 16** CPMI do INSS: Marcon deposita suas esperanças e empenha-se com a Justiça
- 18** Comissão aprova projeto relatado por Bruno Ganem que criminaliza veículos de tração animal
- 20** Deputado quer barrar cobrança por água quando não houver consumo
- 22** Câmara debate impactos da indústria fóssil sobre a pesca no Brasil
- 24** Tiago Dimas anuncia sistema de seleção pública para destinar emendas do mandato
- 26** Plenário pode votar projeto que cria Programa de Segurança nas Escolas
- 28** Comissão aprova prioridade para ribeirinhos no Minha Casa, Minha Vida
- 30** Dr. Victor Linhais garante aprovação de projeto que cria Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas
- 32** Enfermagem aguarda a PEC 19: reparação histórica, afirma enfermeira Ana Paula
- 34** Haully participa em Roma do Jubileu dos Governantes com o Papa Leão XIV
- 36** Deputado Samuel Santos organiza solene para exaltar harpas e hinários
- 38** Setembro Amarelo: Nely Aquino reforça a importância da prevenção ao suicídio



“Essa é a primeira lei de minha autoria no mandato federal, um marco de grande representatividade que reforça seu compromisso com a defesa e a valorização das mulheres.”

AGORA É LEI: NELY AQUINO CRIA O “SELO CIDADE MULHER”

A deputada federal Nely Aquino (MG) é autora da lei que cria o “Selo Cidade Mulher”, sendo esta a primeira iniciativa legislativa da parlamentar, sancionada hoje (19). Segundo a nova lei, o reconhecimento será conferido anualmente às cidades que implementem políticas públicas efetivas para o bem-estar das mulheres.

Nely Aquino, que tem posicionamento firme na defesa das mulheres, comemora a conquista e garante que este é apenas o início de uma grande jornada para ampliar a proteção das mulheres.

“Essa é a primeira lei de minha autoria no mandato federal, um marco de grande representatividade que reforça seu compromisso com a defesa e a valorização das mulheres.

Mais do que uma conquista legislativa, simboliza a luta diária por uma sociedade mais justa, inclusiva e segura para todas as brasileiras”, pontua a parlamentar.

Com esse avanço, Nely Aquino reafirma que o seu mandato é um espaço de voz, ação e resultados concretos para as mulheres de Minas Gerais e de todo o Brasil. Além

disso, a deputada ressalta que a iniciativa tem como objetivo a promoção da defesa das mulheres e poderá ser aplicada nos municípios que tenham destaque na efetividade das políticas públicas específicas para o bem-estar de todas as brasileiras.

Pelo texto, a avaliação da adesão às políticas públicas para mulheres será feita levando em conta cinco critérios. São eles: a busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens; o combate à discriminação; a universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; a participação das mulheres em todas as fases das políticas públicas; e a transversalidade como princípio orientador das políticas públicas.

Também será considerada a assinatura pelos municípios do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, assim como o combate à exploração sexual de meninas e adolescentes e ao tráfico de mulheres e a promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADA

Já está em Brasília a nossa proposta para aumentar a pena de agressores de 2-4 anos para 4-8 anos, garantindo que eles não saiam da prisão enquanto a vítima se recupera.

RENATA ABREU: SETEMBRO DE CONQUISTAS SOCIAIS E INCLUSÃO

Setembro foi outro mês de vitórias marcantes para a deputada federal Renata Abreu (SP), que consolidou ainda mais sua trajetória de luta pelas causas sociais e pela inclusão. No Congresso Nacional, suas propostas avançaram em áreas decisivas como saúde, educação e proteção das famílias.

Um dos destaques foi a aprovação do projeto que garante formação obrigatória para professores no atendimento a alunos autistas, medida que fortalece a educação inclusiva e prepara melhor as escolas para acolher todos os estudantes. Também avançou o projeto que assegura o Benefício de Prestação Continuada (BPC) a pessoas com deficiência, ampliando a rede de proteção a quem mais precisa.

Na saúde, Renata conquistou espaço para mais justiça social ao incluir fibromialgia, lúpus e epilepsia na lista de doenças reconhecidas pelo INSS, permitindo que milhares de brasileiros tenham acesso a direitos e tratamentos diferenciados. Já no campo do direito de família, foi aprovado o Pix Pensão, projeto que contou com suas contribuições para trazer agilidade e segurança ao pagamento da pensão alimentícia.

Em sintonia com o Setembro Amarelo, Renata reforçou a urgência de votar seu PL da Depressão, que cria uma política nacional para prevenção, tratamento e apoio às pessoas com a doença, mostrando sensibilidade diante de um problema que afeta milhões de famílias.

Paralelamente, a deputada percorreu diversas cidades do Estado de São Paulo, ouvindo de perto a população e destinando recursos federais via emendas parlamentares para áreas essenciais como saúde, educação e assistência social. Esse contato direto garante que as verbas cheguem aonde realmente fazem diferença no dia a dia dos cidadãos.

E coroando o mês, o reconhecimento da sua atuação ultrapassou as fronteiras paulistas. Renata recebeu o título de Cidadã Catarinense, homenagem que simboliza o alcance nacional de sua liderança política.


Setembro, portanto, consolidou Renata Abreu como uma parlamentar de resultados concretos. Sua marca é clara: legislar com humanidade, técnica e proximidade, sempre em defesa da dignidade e da inclusão.

▲ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA NOSSA PRESIDENTE

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência aprovou a proposta da deputada Renata Abreu para permitir que as famílias que precisam de terapias (como no caso do autismo) continuem recebendo o BPC.



“Legislar com humanidade, técnica e proximidade, sempre em defesa da dignidade e da inclusão”



“Valorizar quem cuida da nossa gente é defender o direito fundamental à saúde”

GILSON DANIEL APRESENTA PROJETO QUE GARANTE MAIS SEGURANÇA AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

O deputado federal Gilson Daniel (ES) é autor do Projeto de Lei 4550/2025, que determina a implementação do botão do pânico em unidades de saúde de todo o Brasil, além de outras medidas de proteção para médicos, agentes comunitários, agentes de combate às endemias e demais profissionais da área.

A proposta foi inspirada no episódio ocorrido em Guarapari (ES), quando uma médica da UPA local foi coagida verbalmente por um vereador dentro da unidade de saúde. Para o parlamentar, esse caso escancarou a necessidade urgente de garantir segurança e dignidade aos profissionais que atuam na linha de frente.

“Nossos profissionais de saúde estão na linha de frente, cuidando da população. É inaceitável que exerçam suas funções sob risco constante de agressões físicas, verbais e até perseguições institucionais. O que estamos propondo é dar a eles o mínimo: condições de segurança para que possam salvar vidas sem colocar as suas em perigo”, afirmou Gilson Daniel.

Além do botão do pânico, a medida prevê que as ocorrências de violência sejam notificadas às autoridades policiais, ao Ministério da Saúde, ao Ministério Público e aos Conselhos de Classe, garantindo também suporte psicológico e jurídico às vítimas.

O texto ainda determina que as unidades contem com estacionamentos iluminados, acessos independentes para profissionais e pacientes, videomonitoramento em áreas comuns e integração direta com forças de segurança pública. O prazo para adequação será de até 180 dias, com possibilidade de apoio financeiro da União a estados e municípios.

Para Gilson Daniel, a aprovação da proposta representará um marco na valorização e proteção dos profissionais de saúde.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Gilson Daniel votou SIM à proposta que cria o programa Agora Tem Especialistas

LÍDER RODRIGO GAMBALE: MAIS JUSTIÇA NO IMPOSTO DE RENDA

Proposta de isenção até cinco mil reais busca aliviar trabalhadores e impulsionar a economia

O Congresso Nacional tem em pauta, neste segundo semestre, uma das medidas mais esperadas pelos brasileiros: a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até cinco mil reais por mês. A proposta representa um passo histórico para corrigir distorções que penalizam justamente os trabalhadores de menor renda, devolvendo poder de compra às famílias em um cenário de alta do custo de vida.

De acordo com estudos que acompanham o Projeto de Lei 1087/2025, a iniciativa pode reduzir em até 1,1% a desigualdade entre os contribuintes e ampliar o consumo em setores estratégicos da economia, como comércio e serviços. Isso significa mais dinheiro circulando nas cidades, fortalecimento dos municípios e geração de empregos. Ao manter recursos no bolso de quem mais precisa, a medida cria um efeito positivo em toda a cadeia econômica, beneficiando diretamente a população.

O deputado Rodrigo Gambale (SP), líder do partido na Câmara, tem defendido a proposta como prioridade absoluta. Para o parlamentar, trata-se de uma conquista social que precisa ser assegurada com responsabilidade e equilíbrio. “A isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais é uma medida de justiça. Garante alívio para milhões de brasileiros e fortalece a economia ao estimular o consumo e movimentar os municípios. Essa é uma vitória que vai marcar a vida do povo”, destacou.


A expectativa em torno da votação é grande. A aprovação da proposta significará mais do que uma mudança tributária: será um avanço para o país, garantindo dignidade aos trabalhadores, estimulando o desenvolvimento e mostrando que o Brasil pode crescer de forma justa e sustentável.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO NOSSO LÍDER

Com apoio do líder do Podemos na Câmara, deputado Rodrigo Gambale, o Congresso aprovou novas regras de segurança digital.



“A isenção do Imposto de Renda garante alívio para milhões de brasileiros e fortalece a economia ao estimular o consumo e movimentar os municípios. Essa é uma vitória que vai marcar a vida do povo”



“Esta é uma vitória de todos aqueles que arriscam suas vidas diariamente para proteger a população. Continuaremos firmes para garantir que essa conquista avance”

RELATOR GARANTE AVANÇO PARA A APOSENTADORIA JUSTA DOS MILITARES

O deputado Sargento Portugal (RJ) celebrou a aprovação, na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), do Projeto de Lei 317/2022, que reduz o tempo de atividade militar necessário para a inatividade remunerada integral e reconhece o desgaste físico e psicológico da profissão mais arriscada do país, oferecendo maior segurança jurídica e valorização a esses profissionais que arriscam a vida diariamente para proteger a população. A medida recebeu parecer favorável do parlamentar.

Para Portugal, essa aprovação representa um avanço histórico na luta pela justa aposentadoria dos policiais e bombeiros militares em todo o Brasil.

“Esta é uma vitória de todos aqueles que arriscam suas vidas diariamente para proteger a população. Continuaremos firmes para garantir que essa conquista avance em todas as etapas da tramitação”, destacou o deputado ao relatar a matéria.

Após a aprovação na CFT, o PL segue agora para análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), em seguida para o Senado Federal e, posteriormente, para sanção presidencial.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

A proposta cria um Sistema Único de Segurança, com regras claras para polícias e guardas municipais e mais transparência.

PROJETO DE RUY QUE AUMENTA PENAS PARA ESTUPRO DE VULNERÁVEL AVANÇA NO CONGRESSO NACIONAL

Em mais uma iniciativa em defesa das pessoas em vulnerabilidade, o deputado federal Ruy Carneiro teve o seu projeto de lei (PL 5870/2023) aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. A proposta estabelece penas mais severas para o crime de estupro de vulnerável e reforça o compromisso do parlamentar com a proteção de vítimas de violência sexual.

“O Brasil precisa endurecer as leis contra estupradores, principalmente esses criminosos que cometem atrocidades com crianças e pessoas vulneráveis. É preciso urgência para mudar o Código Penal e aumentar a pena contra esses monstros”, afirmou.

O PL prevê pena de reclusão de 10 a 15 anos para quem praticar conjunção carnal ou outro ato libidinoso com menores de 14 anos. Se a conduta resultar em lesão corporal grave, a pena sobe para 12 a 20 anos, e em casos de morte da vítima, pode chegar a 20 a 30 anos.

A legislação também abrange vítimas consideradas vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência física, mental,

intelectual ou sensorial, ou que, por qualquer outra causa, não possam oferecer resistência, bem como situações em que o agressor se aproveita dessa condição.

Ruy ainda destacou que o aumento da reincidência desses crimes reforça a necessidade de punições mais rigorosas.

“É preciso punir com mais rigor e com um tempo mais longo de reclusão. É absurdo continuar assistindo quase que diariamente uma série de casos em que estupradores e pedófilos ficaram pouco tempo na prisão, ganharam a liberdade e rapidamente voltaram a cometer as mesmas violências”, reforçou.


Com o avanço na CCJC, o PL foi apensado a outra matéria sobre o mesmo tema e agora segue para análise do plenário.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Nosso deputado Ruy Carneiro está na linha de frente pela proteção das nossas crianças.



“O Brasil precisa endurecer as leis contra estupradores, principalmente esses criminosos que cometem atrocidades com crianças e pessoas vulneráveis”



“A vitória de vocês representa a esperança do povo brasileiro de fazer uma investigação verdadeira dos covardes que roubaram os aposentados”

CPMI DO INSS: MARCON DEPOSITA SUAS ESPERANÇAS E EMPENHA-SE COM A JUSTIÇA

Teve início, ao final do mês de agosto, a tão aguardada Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) referente ao escândalo do INSS, o qual expôs os vergonhosos descontos indevidos em benefícios previdenciários de inúmeros cidadãos – inclusive atingindo a idosos, deficientes, indígenas e ribeirinhos.

A missão dos parlamentares designados para a CPMI do INSS é, portanto, investigar os descontos indevidos – realizados através de empréstimos consignados e cadastros fraudulentos em associações representativas de variadas sortes –, de forma a permitir o avanço da Justiça para os cidadãos prejudicados.

E foi nesse sentido que o deputado Federal Mauricio Marcon (RS), honrado em ser designado para a Comissão, classificou a vitória – frente aos candidatos apontados pela base do Governo Federal – do Senador Carlos Viana (MG) e do Dep. Federal Alfredo Gaspar (UNIÃO/AL) para a presidência e a relatoria, respectivamente da Comissão. “A vitória de vocês representa a esperança do povo brasileiro de fazer uma investigação verdadeira dos covardes que roubaram os aposentados”.

No que tange aos trabalhos propriamente ditos, a Comissão, seguindo o plano de trabalho elaborado e

proposto pelo relator, e aprovado por seu colegiado, iniciou a votação e aprovação de múltiplos requerimentos, os quais implicam em quebras de sigilo, convites e convocações. Ainda durante o período do último mês, e com o retorno positivo de variados instrumentos requisitórios, passou-se ao momento mais aguardado: as oitivas de indivíduos com conhecimento das fraudes – servidores de órgãos de controle, por exemplo – e, por óbvio, de pessoas investigadas, fortemente implicadas no escândalo que é alvo das investigações da Polícia Federal e do inquérito que se encontra, agora, nas mãos do ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça.

O deputado Mauricio Marcon, imbuído pelo espírito público de Justiça, comprometeu-se desde os primeiros momentos da comissão com o nobre propósito da mesma, atuando com a mesma veemência de sempre para expor, questionar, pressionar e investigar os covardes desvios realizados. E assim será a atuação do parlamentar até os últimos instantes da CPMI, em honra à confiança nele depositada pelo eleitor gaúcho.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Mauricio Marcon é membro da CPMI que investiga os descontos indevidos em benefícios do INSS, fraude que pode ter chegado a R\$ 6,4 bilhões.

COMISSÃO APROVA PROJETO RELATADO POR BRUNO GANEM QUE CRIMINALIZA VEÍCULOS DE TRAÇÃO ANIMAL

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que criminaliza o uso de animais em veículos de tração ou no transporte de cargas quando houver dano à integridade física do animal.

O texto também proíbe a utilização de animais em circos, atividades de malabarismos e espetáculos similares, tanto presenciais quanto transmitidos pela internet. As regras estão previstas no Projeto de Lei 176/2023.

Relator da matéria, o deputado Bruno Ganem (SP) ressaltou que o transporte por tração animal já não representa mais uma parte significativa da matriz de transportes no país, mas ainda gera sofrimento e casos de maus-tratos. O parlamentar defendeu a aprovação do texto como forma de alinhar o Brasil às práticas de bem-estar animal defendidas pela sociedade.

“O transporte animal não é mais necessário no Brasil. Precisamos avançar para proteger os animais de sofrimento e acabar com práticas cruéis”, defendeu o parlamentar.

A proposta altera a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98) e prevê pena de 1 a 4 anos de reclusão e multa para quem conduzir veículo movido à tração animal

ou transportar cargas de forma que cause sofrimento. Em caso de morte do animal, a pena aumenta para até 5 anos de reclusão. Já o uso de animais em circos passa a ser punido com 2 a 5 anos de prisão e multa, com penas maiores em caso de lesão ou morte.

O projeto abre exceções apenas para situações específicas: atividades esportivas legalizadas, como turfe, hipismo e equoterapia; utilização por forças de segurança que utilizam montaria; e práticas de subsistência da agricultura familiar, desde que sejam respeitadas boas práticas de manejo.

Segundo Ganem, o substitutivo aprovado na Comissão de Viação e Transportes equilibra a necessidade de combater os maus-tratos sem prejudicar atividades regulamentadas e de relevância social.


O texto seguirá agora para análise na Comissão de Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, posteriormente, para o plenário da Câmara dos Deputados. Para virar lei, precisará ainda da aprovação do Senado Federal.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Nosso deputado Bruno Ganem apoia essa iniciativa que pode dar até 4 anos de prisão para quem maltratar cavalos e usar carroças, com exceções para esportes, equoterapia e forças de segurança.

A man with dark hair, wearing a dark suit, white shirt, and a patterned tie, is shown in profile, looking towards the left. He is seated in what appears to be a legislative chamber, with other people and desks visible in the background. A blue brushstroke graphic is overlaid at the bottom of the image, containing a quote.

“O transporte animal não é mais necessário no Brasil. Precisamos avançar para proteger os animais de sofrimento e acabar com práticas cruéis”

A close-up photograph of a man with a beard and mustache, wearing a blue suit, white shirt, and dark tie. He is looking slightly to the right of the camera with a serious expression. A microphone is positioned in front of him, partially obscuring his face. The background is dark and out of focus, showing other people in suits.

“O acesso aos serviços públicos é fator de inclusão social. As altas tarifas cobradas pelas concessionárias e permissionárias de serviço público e privado impossibilitam a fruição do serviço e causam exclusão”

DEPUTADO QUER BARRAR COBRANÇA POR ÁGUA QUANDO NÃO HOUVER CONSUMO

O deputado Rafael Fera (RO) é autor de um projeto para disciplinar a cobrança da taxa de água pelas concessionárias ou permissionárias públicas ou privadas de saneamento básico. Por meio do texto apresentado por ele à Mesa da Câmara, fica proibida a cobrança de taxas quando não houver consumo, alterando a Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007.

“A legislação atual permite que a concessionária e ou permissionária de serviço público ou privado cobrem pela atividade de disponibilizar o acesso de forma individualizada ao serviço de água, pois admite o faturamento de serviços com base na cobrança de tarifa mínima”, explicou o parlamentar.

“Os consumidores pagam, consumindo ou não o serviço. Segundo as empresas, o objetivo da tarifa mínima é assegurar a viabilidade econômico-financeira do sistema”, completou.

O parlamentar lembrou que abusos em tarifas mínimas exigidas de usuários de serviços públicos representa um dos maiores transtornos enfrentados pela população de baixa renda. A cobrança, acrescentou ele, é proibida de acordo com regras do Código de Defesa do Consumidor.

“O acesso aos serviços públicos é fator de inclusão social. As altas tarifas cobradas pelas concessionárias e permissionárias de serviço público e privado impossibilitam a fruição do serviço e causam exclusão social”, completou Fera na justificativa para o Projeto de Lei 4207/2025.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Rafael Fera quer garantir indenização por Atividade de Risco para policiais, guardas municipais e policiais penais.

CÂMARA DEBATE IMPACTOS DA INDÚSTRIA FÓSSIL SOBRE A PESCA NO BRASIL

Além dos riscos ambientais, pescadores são diretamente ameaçados pelo impacto gerado através da indústria.

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para discutir os impactos da expansão da indústria fóssil sobre a pesca no país. O debate foi solicitado pelo deputado federal Raimundo Costa (BA).

A atividade reúne empresas e operações ligadas à exploração e ao uso de petróleo, carvão mineral e gás natural, e vem avançando em áreas que coincidem com rotas e territórios de pesca artesanal e industrial.

Segundo o parlamentar, a preocupação vai além dos riscos ambientais. A atividade pesqueira e os pescadores estão diretamente ameaçados pelo impacto gerado pela indústria fóssil. Espécies de alto valor comercial, como espadarte, corvina, atum, bonito-listrado, peixe-sapo, merluza, abrótea, pargo, dourado e lagosta, podem sofrer redução significativa, conforme dados do Monitor Oceano, do Instituto Arayara.

“A pesca vem crescendo de forma muito simplória. Esse tema vem para despertar a sociedade, os órgãos e o Congresso da importância de continuar discutindo os impactos e, sobretudo, de que forma o Estado deve contribuir”, destacou Costa.

Estudos apresentados pelo Instituto Arayara reforçam que a expansão da indústria de petróleo e gás

gera efeitos em cadeia: aumento do desmatamento, intensificação de atividades portuárias e mudanças socioeconômicas e culturais. Esses fatores atingem diretamente comunidades tradicionais costeiras, comprometendo alimentação e a segurança de milhares de famílias que dependem da pesca.

Para os especialistas, além das alterações nos ecossistemas marinhos, há ainda riscos de acidentes ambientais e contaminação por vazamentos, que podem provocar perdas para a biodiversidade e economia pesqueira.

O debate na Câmara reforçou a necessidade de ampliar a participação social e institucional nas decisões sobre licenciamento e expansão de projetos da indústria fóssil. Parlamentares e entidades presentes destacaram que a pesca, responsável por milhares de empregos diretos e indiretos, precisa estar no centro das políticas públicas para que não seja ainda mais fragilizada pelo avanço de setores econômicos mais poderosos.

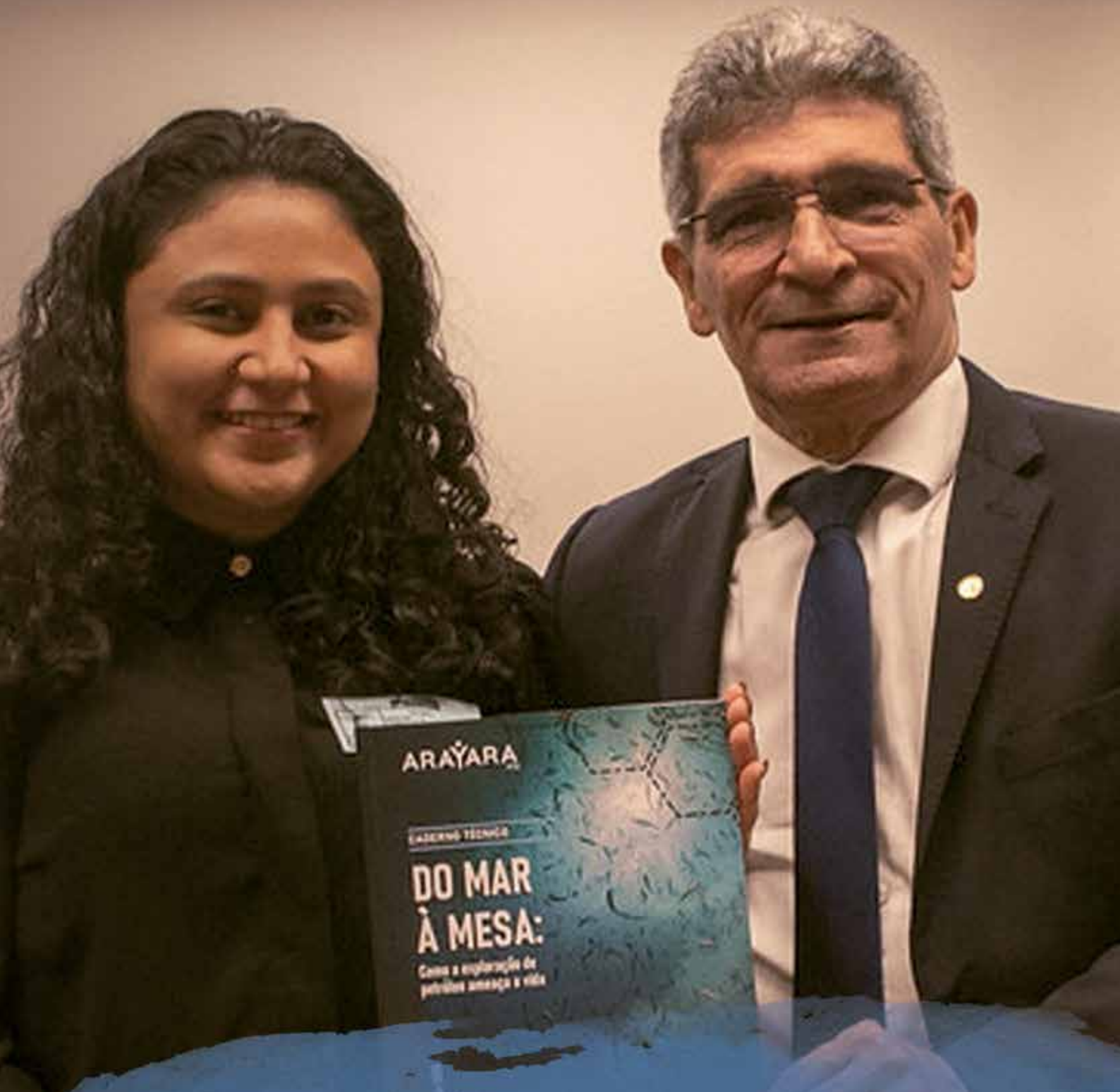
“A pesca sustenta a história alimentar do nosso povo. Precisamos despertar sociedade e Estado para os impactos da indústria fóssil sobre essa atividade vital”, explicou Raimundo Costa.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado federal Raimundo Costa, grande voz nacional na defesa desse setor, preparou um conteúdo especial sobre: o futuro da pesca no Brasil, os direitos dos pescadores e os desafios de uma atividade essencial para o país.



“A pesca sustenta a história alimentar do nosso povo. Precisamos despertar sociedade e Estado para os impactos da indústria fóssil sobre essa atividade vital”

“Tem muita instituição com projeto bom que não tem acesso aos recursos. Nós promovemos essa seleção para ajudar iniciativas que contribuam com a sociedade.”

TRANSPARÊNCIA: TIAGO DIMAS ANUNCIA SISTEMA DE SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESTINAR EMENDAS DO MANDATO

Iniciativa pioneira dentre os parlamentares que integram a bancada de deputados do Tocantins na Câmara dos Deputados, Tiago Dimas assume protagonismo ao anunciar que retornará com a Seleção Pública de Projetos a Serem Contemplados com Emendas Parlamentares. No primeiro mandato (entre 2019 e 2022), o parlamentar organizou duas seleções de projetos de entidades privadas (ou organizações não-governamentais) sem fins-lucrativos para serem contemplados com emendas parlamentares de até R\$ 250 mil. Ao todo, foram 19 iniciativas que, juntas, receberam mais de R\$ 3,5 milhões.

“Tem muita instituição com projeto bom que não tem acesso aos recursos. Nós promovemos essa seleção para ajudar iniciativas que contribuam com a sociedade. Os critérios exclusivos foram a relevância do projeto e a quantidade de pessoas beneficiadas”, salientou o parlamentar.

Nas duas edições, os projetos selecionados passaram desde casa de apoio à saúde pública, lares de

assistência social, iniciativas em prol do esporte, até ações de desenvolvimento de tecnologia para jovens.

“Vamos lançar um edital bem democrático como das outras vezes, com critérios mínimos de participação”, relatou o deputado.

A expectativa é de que o edital para seleção pública das iniciativas seja lançado nas próximas semanas

MANDATO ATIVO

Além da atuação pautada pela transparência, Tiago Dimas votou a favor da ampliação da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), prevista na Medida Provisória 1300/25 e que foi aprovada na Câmara dos Deputados em setembro. Medida que, segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), beneficiará 115 milhões de consumidores serão com gratuidade ou redução da conta de luz.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Nosso deputado Tiago Dimas é coautor da proposta que altera a Constituição para garantir que, em crimes graves, a pena seja cumprida 100% em regime fechado.

PLENÁRIO PODE VOTAR PROJETO QUE CRIA PROGRAMA DE SEGURANÇA NAS ESCOLAS

Está pronto para pauta no plenário, projeto de lei do deputado Fábio Macedo (MA) que institui o Programa de Segurança nas Escolas. A proposta define, entre outras diretrizes, o padrão de comunicação de emergências escolares, incluindo planos de evacuação, até a instalação de detectores de metais nas instituições de ensino.

O objetivo do projeto, segundo o deputado, é capacitar a comunidade escolar na resposta às emergências escolares. “É preciso enfrentar a formação de subcomunidades de ódio e extremismo com ações de apoio aos jovens; promover a cultura de paz com a expansão dos espaços comunitários destinados ao lazer, à socialização, aos esportes e à cultura”, ressalta.

De acordo com a proposta, entende-se por emergência escolar quaisquer incidentes de segurança que resultem em fechamento ou em evacuação não-programada do estabelecimento de ensino. “Precisamos ampliar as medidas de prevenção, por isso, a necessidade de capacitar a comunidade escolar para responder a alguma emergência, inclusive, em primeiros socorros à saúde mental; é essencial que professores e funcionários estejam aptos a identificar e agir preventivamente até que o suporte médico especializado se torne possível”, destaca o autor.

O texto prevê ainda que as instituições de ensino deverão estar integradas à rede de atenção de urgência e emergência, assim como, à rede de atenção psicossocial

da sua região, para viabilizar o encaminhamento para uma unidade de saúde de referência.

O Projeto de Lei 1739/2023, que institui o Programa de Segurança nas Escolas, está pronto para pauta no plenário da Câmara dos Deputados.

Violência nas escolas

Entre 2001 e 2024 o Brasil contabilizou 42 ataques violentos cometidos em escolas por alunos ou ex-alunos, segundo o levantamento do grupo Dados para um Debate Demográfico na Educação. Os adolescentes são os autores mais frequentes e quase 65% dos casos ocorreram em apenas dois anos. Os ataques resultaram em 44 mortes e 113 feridos. Entre as vítimas fatais, 32 eram estudantes, seis eram profissionais da escola e outros seis foram os próprios atiradores.


De acordo com especialistas, as boas práticas para gestão de crises relacionadas a agressores ativos em ambiente escolar é a capacidade de reconhecer e identificar sinais de risco e nunca ignorar sinais, isso inclui a observação dos próprios pais e educadores em conhecer características e comportamentos que podem ser indícios iniciais de futuros atos violentos seja contra outras pessoas ou contra si mesmo para intervir com acolhimento.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Se você também acredita nisso, está no lugar certo!



“É preciso enfrentar a formação de subcomunidades de ódio e extremismo com ações de apoio aos jovens; promover a cultura de paz com a expansão dos espaços comunitários”

A close-up photograph of a man with short, dark hair, wearing a grey suit jacket, a light blue shirt, and a blue patterned tie. He is speaking into a black microphone with a red ring. The background is blurred, showing other people. A blue graphic overlay is at the bottom of the image.

“A proposta também reconhece a técnica construtiva de palafitas como solução adequada para reduzir riscos de inundação das moradias”

COMISSÃO APROVA PRIORIDADE PARA RIBEIRINHOS NO MINHA CASA, MINHA VIDA

A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que concede atendimento prioritário a populações ribeirinhas, em especial da Amazônia Legal, no programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida.

O texto aprovado também inclui o chamado “custo amazônico” entre as diretrizes do programa habitacional, para que sejam contemplados os custos logísticos, geográficos e climáticos nos empreendimentos erguidos na Amazônia Legal. Tal medida busca viabilizar a execução das moradias e a adesão de construtoras.

A proposta também reconhece a técnica construtiva de palafitas como solução adequada para reduzir riscos de inundação das moradias e mitigar os efeitos das correntes fluviais na região. As informações são da Agência Câmara.

A comissão aprovou o substitutivo do relator,

deputado Romero Rodrigues (PB), ao Projeto de Lei 4548/23.

“Comunidades ribeirinhas, notadamente na Amazônia Legal, frequentemente residem em áreas alagadiças e em condições precárias de moradia e de acesso a serviços básicos, o que demanda respostas habitacionais compatíveis com as especificidades territoriais”, disse o relator.

Próximos passos

A proposta ainda será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais; de Desenvolvimento Urbano; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, precisa ser aprovada na Câmara e no Senado.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

A proposta do nosso deputado Romero Rodrigues permite que imóveis do INSS que estão parados possam ser usados para atender demandas da população, sem custo e sem prejudicar a Previdência.

DR. VICTOR LINHALIS GARANTE APROVAÇÃO DE PROJETO QUE CRIA CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS DESAPARECIDAS

O deputado federal Dr. Victor Linhalis (ES) celebrou uma importante conquista com a aprovação, do projeto que institui o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas (PL 2328/2023), pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados. A proposta cria um banco de dados unificado com informações de todo o país, garantindo mais agilidade às investigações, fortalecendo o trabalho das autoridades e ampliando as chances de localização de pessoas desaparecidas.

Segundo o parlamentar, a iniciativa representa uma resposta concreta a uma dor que afeta milhares de famílias brasileiras. “A falta de um sistema unificado sempre foi um grande obstáculo na investigação de casos de desaparecimento. Com esse cadastro, vamos dar mais eficiência às buscas, reduzir o tempo de resposta

e, principalmente, oferecer esperança para milhares de famílias”, afirmou.

Dr. Victor Linhalis ressaltou ainda que o projeto vai além do campo da segurança pública, alcançando valores essenciais de cidadania e direitos humanos. “Estamos falando de dignidade humana. O desaparecimento de uma pessoa não pode ser tratado como um dado estatístico. É uma realidade dolorosa que precisa da atenção do Estado e de políticas públicas eficazes”, destacou.


Com a aprovação, o texto segue para sanção presidencial e deve se consolidar como um instrumento estratégico de apoio às autoridades e de amparo às famílias em todo o país.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Vem saber mais sobre o papel do deputado federal com o nosso deputado Dr. Victor Linhalis.



“O desaparecimento de uma pessoa não pode ser tratado como um dado estatístico. É uma realidade dolorosa que precisa da atenção do Estado e de políticas públicas eficazes”



“Não irei abrir mão de defender e lutar pelos direitos da minha categoria, a PEC 19 é urgente.”

ENFERMAGEM AGUARDA A PEC 19: REPARAÇÃO HISTÓRICA, AFIRMA ENFERMEIRA ANA PAULA

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 19/2024 visa alterar a Constituição Federal para estabelecer a jornada máxima de 30 horas semanais para o cálculo do piso salarial de enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem. Além disso, a proposta prevê um reajuste anual do piso salarial, não inferior à inflação acumulada nos 12 meses anteriores, para garantir a manutenção do poder de compra da categoria.

A matéria, vista como uma das maiores conquistas da categoria, encontra-se há meses parada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) do Senado, aguardando a pauta do presidente da comissão, o senador Otto Alencar (PSD-BA).

A inércia na tramitação tem gerado frustração e indignação entre os profissionais que dedicam suas vidas ao cuidado da saúde da população. A regulamentação da jornada de 30 horas semanais e o piso salarial não são apenas demandas trabalhistas, mas um reconhecimento das condições exaustivas e da importância crucial da enfermagem para o sistema de saúde brasileiro.

A deputada enfermeira Ana Paula (CE) lembra que “já se passaram meses desde que a proposta chegou à CCJ. Os profissionais de enfermagem, que deram suas vidas pela saúde do nosso país, não podem continuar

esperando. Esta pauta não pode ser engavetada.”

Ela tem lembrado frequentemente que a aprovação da PEC 19 é uma forma de fazer justiça a uma categoria que sempre esteve na linha de frente, especialmente durante a pandemia de COVID-19. “É uma questão de justiça e de reconhecimento.

“Nossos profissionais estão adoecendo e morrendo nas bases. O estabelecimento de uma jornada digna e de um piso salarial justo não é um privilégio, mas uma necessidade para quem enfrenta jornadas exaustivas e condições de trabalho que comprometem a própria saúde”, afirmou.

Ana Paula se destaca ainda por liderar junto ao Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) as mobilizações que ocorrem em todos os estados. “Não irei abrir mão de defender e lutar pelos direitos da minha categoria, essa pauta é urgente.” A esperança é que, com a pressão de toda a categoria e o apoio da sociedade, o senador Otto Alencar, enfim, paute a proposta e permita que o debate avance, garantindo um futuro mais digno para milhões de profissionais que são o pilar da saúde brasileira.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA DEPUTADA

Nossa deputada Enfermeira Ana Paula defende que o combate à violência seja um princípio do SUS, garantindo mais proteção para quem salva vidas.

HAULY PARTICIPA EM ROMA DO JUBILEU DOS GOVERNANTES COM O PAPA LEÃO XIV

A Igreja Católica celebra “O Ano do Jubileu de 2025”. Como parte desta programação, foi realizado em Roma, de 20 a 22 de junho, o “Jubileu dos Governantes”, reunindo líderes e delegações de 68 países.

A convite da Frente Parlamentar Católica, como Focolarino, Cursilista e Eccista, o deputado Luiz Carlos Hauly (PR), ao lado de sua esposa Maria Célia (Ministra da Eucaristia), participou desse importante encontro que teve como ponto alto, a mensagem do Papa Leão XIV dirigida a todos os governantes.

O novo Papa citou Thomas Moro como “um homem público fiel às suas responsabilidades civis e um servidor do Estado, interpretando a política como uma missão para o crescimento da verdade e do bem. A coragem com que não hesitou em sacrificar a própria vida para não trair a verdade, torna-o ainda hoje, para nós, um mártir da liberdade e da primazia da consciência”.

Leão XIV classificou a ação política como “a forma mais alta de caridade, considerando o serviço que presta a favor da sociedade e do bem comum, ela revela-se verdadeiramente como uma obra daquele amor cristão que nunca é teoria, mas sempre sinal e testemunho concreto da ação de Deus em benefício dos homens”.

O pontífice ressaltou que a política pode dar grande contribuição para liberdade religiosa e o diálogo inter-religioso. “A ação política pode fazer muito,

promovendo condições para uma efetiva liberdade religiosa e o desenvolvimento de um encontro respeitoso e construtivo entre as diferentes comunidades religiosas. A crença em Deus, com os valores positivos que dela derivam, é na vida dos indivíduos e das comunidades uma imensa fonte de bem e de verdade”.

Por fim, o Papa falou sobre o desafio da inteligência artificial. Ele lembrou que, apesar do seu potencial para a sociedade, sua utilização não deve comprometer a identidade, a dignidade e as liberdades fundamentais da pessoa humana. Ela é um instrumento para o bem do ser humano, não para diminuí-lo.

Para Hauly, “a mensagem do Papa é atual e profunda. Coloca a política como missão a serviço do bem comum, não como disputa de poder. Reforça a centralidade da dignidade humana frente às ideologias, religiões e novas tecnologias. É um chamado à responsabilidade dos governantes, lembrando que justiça social, liberdade religiosa e regulação ética da inteligência artificial são pilares indispensáveis para uma civilização verdadeiramente humana. Ele defendeu a necessidade de se buscar o equilíbrio e o diálogo num mundo dominado pela polarização, pela intriga, pela difamação e pelo ódio”.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Nosso Deputado Luiz Carlos Hauly defende justiça tributária de verdade, com imposto único e cashback, garantindo que o dinheiro do povo volte para quem realmente precisa.



“O Papa coloca a política como missão a serviço do bem comum. Reforça a necessidade de se buscar o equilíbrio e o diálogo num mundo dominado pela polarização, pela difamação e pelo ódio”.

Manuscrito da Harpa Cristã
02.02.2025 a 08.06.2025

HARPA CRISTÃ



“Homenagear as harpas e os hinários, portanto, é reconhecer a sua importância não apenas como patrimônio cultural e musical, mas principalmente como instrumentos que têm abençoado vidas”

DEPUTADO SAMUEL SANTOS ORGANIZA SOLENE PARA EXALTAR HARPAS E HINÁRIOS

A Câmara dos Deputados foi palco na segunda-feira (22/09) de uma sessão solene em homenagem às harpas e aos hinários, por pedido do deputado Samuel Santos (GO).

“As harpas e os hinários ocupam um lugar de destaque na história e na prática de fé da comunidade evangélica brasileira. Mais do que simples instrumentos musicais ou livros de cânticos, representam um legado espiritual que atravessa gerações, sendo usados para louvar a Deus, edificar a Igreja e fortalecer a comunhão dos santos”, afirma.

Ele lembra que a harpa cristã, em especial, é símbolo de adoração e reverência, acompanhando hinos que expressam doutrina, fé e esperança no Senhor Jesus Cristo. Já os hinários, com suas letras inspiradas nas Sagradas Escrituras, têm sido fonte de consolo, encorajamento e avivamento espiritual em cultos, reuniões e celebrações da comunidade evangélica.

“Homenagear as harpas e os hinários, portanto, é reconhecer a sua importância não apenas como patrimônio cultural e musical, mas principalmente como instrumentos que têm abençoado vidas, conduzindo corações a Deus e mantendo viva a chama da fé cristã”, justificou.

O deputado ressaltou que os hinos contidos nessas literaturas são cantados individualmente ou coletivamente através de corais, grandes corais, orquestras e sinfonias, “que elevam a alma aos maiores patamares da vida cristã e aproximação de Deus, minimizando os sofrimentos e angústias da alma”. “Em nossas Igrejas Evangélicas a coletânea de hinos, nesses Hinários contidos, dos mais variados são cantados pelas nossas crianças, adolescentes, jovens, adultos e anciãos!”.

E lembra que a musicalidade aplicada na vida de crianças e adolescentes nas igrejas, tem caráter transformador, e muitos maestros e músicos pelo mundo afora, tiveram seus primeiros passos na música, através desses Hinários.

Para ele, a homenagem serve como um ato de respeito e consolidação da tradição cristã! “Ao reconhecer publicamente esses valores na vida e na história das Igrejas Evangélicas estamos fortalecendo os laços sociais, culturais e Espiritual, inspirando outros a seguirem os exemplos positivos da vida”, finalizou.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Pensando nisso, nosso deputado Samuel Santos criou o Programa de Medicina Preventiva Escolar (PL 4592/2025), que garante prevenção, diagnóstico rápido de doenças e encaminhamento certo para nossas crianças e jovens.

ARTIGO - NELY AQUINO | Deputada federal (Podemos-MG)

SETEMBRO AMARELO: NELY AQUINO REFORÇA A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO AO SUICÍDIO



O mês de setembro marca uma das campanhas mais importantes para a saúde pública e para a sociedade: o Setembro Amarelo, dedicado à prevenção do suicídio e à valorização da vida. A deputada Nely Aquino (MG) tem atuação de destaque nesse tema e foi relatora do Projeto de Lei 4712/2019, aprovado pela Câmara dos Deputados e que agora aguarda análise no Senado Federal.

O PL 4712/2019 tem como objetivo fortalecer a política de prevenção ao suicídio, estabelecendo diretrizes para campanhas de conscientização permanentes, ações de apoio psicológico e a ampliação da rede de atendimento. A proposta busca garantir que a sociedade esteja cada vez mais preparada para lidar com a questão da saúde mental, ainda cercada de tabus.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 700 mil pessoas morrem por suicídio a cada ano no mundo, sendo essa uma das principais causas de morte entre jovens. No Brasil, estima-se que ocorra

um suicídio a cada 46 minutos. Mais alarmante ainda é o fato de que a maioria desses casos poderia ser evitada com prevenção, informação e acolhimento adequados.

A deputada Nely Aquino reforça que falar sobre saúde mental e ampliar os canais de apoio é fundamental. “O suicídio pode ser prevenido, desde que haja informação, acolhimento e políticas públicas consistentes”, afirma. A relatoria do projeto foi um passo importante nesse sentido, pois dá mais visibilidade ao tema e estabelece bases para uma política nacional de prevenção.

Para a parlamentar, o Setembro Amarelo não pode ser apenas uma campanha de um mês, mas sim um chamado permanente à empatia, ao cuidado e à construção de uma rede de proteção que envolva famílias, escolas, comunidades e profissionais de saúde.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



SETEMBRO AMARELO

Não existe saúde sem saúde mental. E sabe qual partido luta por essa causa? O Podemos.

“O suicídio pode ser prevenido, desde que haja informação, acolhimento e políticas públicas consistentes”

JUNTOS PODEMOS

 podemos.org.br

SEDE NACIONAL

SHIS QI 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (11) 91339-5577

 contato@podemos.org.br      @podemos20

SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Alexandre Dumas, 1658 - 16º andar

Santo Amaro - São Paulo/SP

CEP: 04717-004

telefone: (11) 3935-6353

 juntos@podemos.org.br      @podemos20

 **podemos**
CÂMARA